

# 2

## MUSEUS UNIVERSITÁRIOS: SUA ESPECIFICIDADE NO ÂMBITO DA MUSEOLOGIA

*Fernando Bragança Gil*

**ABSTRACT**

This text starts by questioning the very role of the university museum and the museums of Lisbon, Porto and Coimbra are critically addressed here. The scientific nature of

university museums is reinforced and they are strongly presented as research, teaching and science communication institutions.

## 1. Que se entende por Museu Universitário?

Iniciei com esta mesma interrogação uma comunicação a um Colóquio da Associação Portuguesa de Museologia (APOM) realizado em Coimbra em 1978, tendo por tema “Museus Universitários: sua inserção activa na cultura portuguesa” [Bragança-Gil, 1982], na qual procurei analisar os denominadores comuns às instituições museológicas ligadas às universidades, tentando extrair daí uma definição que, nessa época, me pareceu abrangente e consensual. Novos elementos e o renovado interesse pelos museus e colecções universitárias, tanto a nível internacional como entre nós, justificam que continue a discurrir sobre esta temática.

Como professor universitário (embora já jubilado), como fundador e ex-director de um museu inserido numa universidade e como estudioso, desde há muitos anos, de aspectos teóricos da museologia, tal temática constitui como que um imperativo intelectual a que não me devo furtar.

Começarei por citar alguns factos ligados ao colóquio antes referido em que, através de 16 comunicações e 6 “mesas redondas” foram abordados problemas ligados aos museus universitários portugueses.

A leitura das suas Actas que — felizmente... — foram publicadas [edição APOM, 1982] é, ainda hoje, de considerável interesse (embora o colóquio se tenha realizado há mais de um quarto de século) devido ao modo como foram abordados diversos problemas que afectavam — e, em parte, ainda afectam — os museus universitários.

Assim, por exemplo, entre as conclusões preconizava-se — e passo a citar — *a criação no âmbito do Gabinete do Ministro da Educação e Investigação Científica, de uma Comissão destinada a coordenar o planeamento dos Museus Universitários e de cuja composição deverão fazer parte, obviamente, museólogos. Pela sua urgência, deverá incumbir a esta Comissão, prioritariamente, a reestruturação dos Museus de História Natural já existentes, bem como a criação do Museu de Ciência da Universidade de Lisboa — um dos componentes de uma futura Federação Nacional dos Museus de Ciência e da Técnica que faça a cobertura de todo o País neste domínio* [APOM, 1978: 161–168]<sup>[1]</sup>.

[1] Esta Federação foi, de facto, criada muito recentemente com a designação de *Museus e Centros de Ciência de Portugal* e a sigla MC<sup>2</sup>P.

Esta citação merece alguns comentários no que respeita à situação em que hoje nos encontramos. Começemos por notar que, atendendo à autonomia de que usufruem as Universidades, o planeamento dos museus universitários não deverá ser da iniciativa de qualquer Ministério, mas de cada Universidade interessada na criação de uma instituição museológica no seu seio, desde que disponha de condições para o fazer.

Por outro lado, lembremos que o Museu de Ciência da Universidade de Lisboa, cuja criação se preconizava nas conclusões do colóquio, veio efectivamente a ser fundado em 1985, mas com os estatutos aprovados só cinco anos depois, não pelo Ministério da Educação (cujos responsáveis sempre, veladamente, se opuseram à sua institucionalização!...) [Cf. Bragança-Gil, 2003] mas pelo Senado da Universidade de Lisboa, atendendo às competências que lhe foram atribuídas pela Lei da Autonomia Universitária, entretanto aprovada pela Assembleia da República.

No que respeita aos Museus de História Natural ligados às Universidades (a quase totalidade dos existentes em Portugal), a reestruturação do de Lisboa encontra-se em curso, com estatutos já aprovados, em que se estabelece — tal como sucede com o Museu de Ciência — a sua autonomia em relação à Faculdade de Ciências (onde se encontrava integrado), constituindo um dos estabelecimentos da Universidade de Lisboa. Na realidade esta é hoje formada por oito Faculdades, quatro Institutos e dois Museus, constituindo uma singularidade nas universidades portuguesas que, por este facto, deveria ter também um tratamento singular, a diversos títulos, nomeadamente na atribuição de verbas.

O Museu Nacional de História Natural, integrado na Universidade de Lisboa, é o sucessor directo daquele que, criado por iniciativa do Marquês de Pombal junto ao Jardim Botânico da Ajuda, passou posteriormente para a tutela da Academia Real das Ciências.

Criada a Escola Politécnica em 1837, o seu conselho Escolar reivindicou — e conseguiu — que o Museu transitasse para esta Escola, em apoio do ensino e investigação em Ciências Naturais que aí se realizava.

A reforma universitária de 1911 criou as Faculdades de Ciências em Coimbra, Porto e Lisboa, sendo as duas últimas sucessoras, respectivamente, da Academia Politécnica e da Escola Politécnica. O Museu passou para a tutela desta última, tomando a designação, já referida, de Museu Nacional de História Natural, a partir de 1919, embora continuasse na situação de “estabelecimento anexo” daquela Faculdade, mas com autonomia em relação à parte escolar, dispondo de dotações e quadro de pessoal próprios. Na realidade o legislador mostrou ter clara noção da diferença de objectivos da Faculdade e do Museu, admitindo a complementaridade das funções de ambos, mas sem a subordinação deste àquela, o que teria sido essencial para que o Museu cumprisse as suas missões para além de mero suporte das acções da Faculdade. Isso veio a acontecer com a publicação de novo Decreto, em 1926, ano que marca o início de uma alteração profunda na sociedade portuguesa. De facto o Museu Nacional de História Natural não chegou a ter real existência como tal e as suas três secções — Mineralogia e Geologia, Botânica e Zoologia e Antropologia — sem ligação funcional e administrativa entre si foram reunidas aos grupos homólogos da 3.ª secção da Faculdade de Ciências, obtendo-se três unidades distintas com designações híbridas, bem reveladoras da situação criada: *Museu e Laboratório Mineralógico e Geológico*, *Museu, Laboratório e Jardim Botânico* e *Museu e Laboratório Zoológico e Antropológico*, cada um deles dirigido pelo professor catedrático mais antigo do grupo respectivo. A confusão, para quem se encontrava fora dos meandros da “política universitária” (ou seria mais apropriado chamar-lhe “politiquisse?”), ainda aumentou quando se atribuiu uma designação especial para uma daquelas unidades — o Museu e Laboratório Zoológico e Antropológico — que tomou a designação de *Museu Bocage*.

Em síntese podemos resumir a situação em que o Museu Nacional de História Natural se encontra até tempos recentes recorrendo ao seguinte fragmento de uma comunicação apresentada ao colóquio já referido pelo Prof. Doutor Carlos Teixeira, que foi um distinto geólogo e director do Museu e Laboratório Mineralógico e Geológico. Passamos a citar: *De facto, as três entidades distintas geridas de modo independente, sem qualquer ligação, têm funcionado apenas como meras dependências da Faculdade sem qualquer consideração pela unidade que deveria ser apanágio do Museu Nacional de História Natural, se este tivesse existência real. Contra o que estipulava o diploma de 1919, as relações entre o dito Museu e a Faculdade são apenas de pura e estrita dependência e subordinação daquele, em relação a esta. De facto, o que resta do Museu encontra-se subordinado ao poder absoluto do Director do Departamento respectivo da Faculdade ou, por outras palavras, ao presidente dos conselhos de gestão dos Museus e Laboratórios* [Teixeira, 1982].

A situação só se alterou com a transferência dos Departamentos de Biologia Animal, de Biologia Vegetal e Geologia da Faculdade para as suas novas instalações situadas na cidade universitária. Os espaços que ocupavam no edifício da antiga Escola Politécnica foram anexados ao Museu Nacional de História Natural; este e o Museu de Ciência passaram a contar com a totalidade daquele edifício, como foi previsto pelo Decreto-Lei n.º 146/85 de 8 de Maio, que criou o Museu de Ciência: em rigor, dever-se-á dizer que os Museus ocuparam a quase totalidade do imóvel, uma vez que o Instituto Geofísico do Infante D. Luís — também um estabelecimento da Universidade de Lisboa — ainda lá se mantém.

Com a separação física entre as instalações do Museu Nacional de História Natural e os departamentos homólogos da Faculdade de Ciências, assim como após a aprovação dos Estatutos do Museu, a situação começou a clarificar-se: embora a direcção das três secções do Museu sejam entregues a professores da Faculdade de Ciências, elas não coincidem com as direcções dos departamentos; por outro lado, julgo estarmos a caminho — embora, por ora, apenas formalmente — de que as três secções constituam um Museu de facto, em que um dos directores exerce cumulativamente as funções de Director do Museu Nacional de História Natural. Contudo, cada secção continua a ter os seus funcionários

que ainda não foram integrados num quadro comum; também ainda não existe um orçamento comum ao Museu, como um todo, mantendo-se a situação anterior de três orçamentos, um por cada secção.

2. Nas Universidades do Porto e Coimbra a evolução sofrida pelos Museus de História Natural foi idêntica à observada no Museu Nacional. A diferença mais substancial está no facto de que naqueles existem quatro secções, pois a Antropologia está separada da Zoologia o que, como vimos, não sucede em Lisboa. Entretanto, está em curso um vasto plano de reestruturação museológica na Universidade de Coimbra com vista à criação de um *Museu das Ciências* nela integrado que, para além das quatro secções do Museu de História Natural e de colecções pertencentes às Faculdades de Medicina e de Farmácia, engloba o Museu de Física que contem peças de inquestionável interesse histórico, sobressaindo uma rara colecção de instrumentos do séc. XVIII constituída pelo que resta do *Gabinete de Física* criado por Giovanni dalla Bella no Colégio dos Nobres em Lisboa e transferido para Coimbra por ordem do Marquês de Pombal, após a reforma da Universidade de 1772. Igualmente será englobado no *Museu das Ciências*, o *Laboratório Chimico*, com uma bela fachada do séc. XVIII e uma situação privilegiada face ao chamado “edifício dos museus”, também criado na sequência daquela reforma.

Esta renovação museológica na Universidade de Coimbra conta com o empenhamento activo da própria Reitoria que criou um gabinete centralizado para o seu estudo e concretização, nele estando incluídos museólogos com formação superior em museologia das ciências.

É de incontestável interesse para a cultura portuguesa e sua difusão, esta iniciativa da Universidade de Coimbra embora, em minha opinião, fosse preferível, criar dois museus, um para as ciências naturais e outro para as ciências exactas, se bem que haja recentemente iniciativas idênticas noutras universidades europeias. Contudo, na maior parte dos casos continua-se a separar os museus de história natural dos de ciência e técnica que é, aliás, a posição do ICOM. Já tive oportunidade de discutir este assunto em diversas ocasiões, oralmente e por escrito, e não me vou repetir aqui. Em qualquer caso, este

complexo museológico vai dar um importante reforço à museologia das ciências em Portugal e sua inserção na Universidade.

Também na Universidade do Porto não tem existido propriamente *um* museu de História Natural, mas *quatro*, ligados aos sectores de ensino e investigação da Faculdade de Ciências, nesses domínios, constituindo-se unidades também aqui designadas por “Museu e Laboratório”. Eles têm a sua origem remota na Academia Politécnica, ou mesmo antes, pois o ensino da Botânica e Zoologia, no Porto, foi introduzido em 1803, com a criação da Academia Real de Marinha e Comércio, que incluía um curso de Agricultura.

Os museus foram instalados no mesmo edifício onde viria a nascer a Universidade do Porto, em que sobressaía a Faculdade de Ciências que ocupou, desde o início, a maior parte do grande imóvel para depois se estender à sua totalidade, quando outras instituições, lá existentes, como a Faculdade de Engenharia, passaram a dispor de novas instalações.

Os museus utilizaram, como puderam, o espaço deixado disponível pelas actividades didácticas e científicas dos grupos em que se inserem, tendo o Museu e Laboratório Botânico tomado a designação, em 1935, de Instituto de Botânica “Dr. Gonçalves Sampaio”. Entretanto, foram longos e desgastantes os esforços para que, também a Universidade do Porto, dispusesse de um Jardim Botânico como há muito sucedia nas suas congéneres de Coimbra e Lisboa, embora a sua criação estivesse prevista desde os tempos da Academia Politécnica. Após diversas vicissitudes insólitas ou mesmo pícaras, a compra da Quinta do Campo Alegre, permitiu que a Universidade do Porto tivesse finalmente o seu Jardim Botânico oficializado apenas em 1951, instalando-se o Instituto Botânico no palacete já aí existente.

Recentemente (1996), a Faculdade de Ciências da Universidade do Porto tomou a iniciativa de criar um Museu da Ciência que, como é tradicional entre as instituições com esta designação, trata das ciências exactas. A oportunidade para esta criação surgiu com a inclusão de verbas destinadas à divulgação científica, (a chamada “medida Q”) no *Programa Ciência*, instituído pela Junta Nacional de Investigação Científica, em 1992, para a criação e

desenvolvimento de infraestruturas de investigação e desenvolvimento.

Para além da conservação, estudo e divulgação do espólio existente na Faculdade, constituído pelo equipamento antigo de ensino e investigação naqueles domínios, foi estabelecido um plano — que está sendo posto em execução — de realizar módulos expositivos participativos, do tipo usado nos chamados “Centros de Ciência” para a divulgação científica e sensibilização para o conhecimento dos princípios e métodos da ciência.

3. Vem de muito longe — pelo menos desde o séc. xvii — a existência de colecções ligadas ao ensino e investigação em determinados domínios sobretudo História Natural e Medicina. Neste último caso, essas colecções estavam estreitamente ligadas aos *Theatrus Anatomicus* que começaram a surgir na Itália e na Holanda, a partir dos finais do séc. xvi no ensino da Medicina. Uma sugestiva reprodução de um desses teatros anatómicos pode ser hoje admirada no Boerhaave Museum da cidade holandesa de Leiden, cuja designação lhe foi dada em homenagem ao grande médico e cientista com o mesmo nome que viveu de 1668 a 1738 e foi um dos mais reputados professores europeus de medicina, no séc. xviii, fundador da moderna observação clínica dos doentes e das suas práticas naquela matéria. Lembremos, de passagem, que um dos seus mais destacados discípulos foi o nosso compatriota Ribeiro Sanches.

Estas colecções começaram por ser formadas por exemplares com o objectivo de auxiliares de ensino não constituindo propriamente museus, embora viessem a ser, pelo menos em parte, integradas nestas instituições geralmente com carácter universitário.

Uma outra origem das colecções dos museus universitários situa-se nas “colecções de curiosidades” que se começaram a constituir a partir do Renascimento, cuja primeira iniciativa parece ter sido tomada em Florença pelos Médicis. Entretanto, é geralmente admitido que o primeiro museu universitário foi o Ashmolean Museum, também considerado, por alguns autores, como o primeiro museu moderno, tendo aberto as suas portas ao público em 1683. Este museu foi criado a partir da colecção doada à Universidade de Oxford

pelo grande colecionador Elias Ashmole. Teria a sua decisão sido influenciada pelo grande filósofo seu compatriota Francis Bacon que, no livro “The New Atlantis”, publicado em 1667, indica as bases remotas de divulgação científica? Ignoro, mas penso ser bem possível, uma vez que os fundamentos da organização da investigação científica (em que se inspirou a criação, em 1660, da Royal Society), se encontram noutra obra de Francis Bacon — “Novum Organum” — surgida quarenta anos antes.

O desenvolvimento dos museus universitários — a começar pelos de história natural — produziu-se a partir da segunda metade do séc. XVIII e sobretudo no seguinte, dando origem a galerias que não cessaram de aumentar, onde os exemplares se perfilavam, naturalizados ou convenientemente conservados. Na realidade, as colecções reunidas passaram de “Gabinete de Curiosidades” a colecções indispensáveis para os estudos de taxonomia e sistemática, cujo interesse aumentava à medida que se iam descobrindo novas espécies nos mundos até então inexplorados. Esse interesse científico (que também era político e económico) deu origem a numerosas expedições da iniciativa de diversos países, incluindo Portugal, onde se organizaram, no último quartel do séc. XVIII as chamadas “Viagens Filosóficas” a Cabo Verde, Angola, Moçambique e Brasil, planeadas por Domingos Vandelli, e, tendo como objectivo o enriquecimento do Museu de Coimbra e, sobretudo, do Museu Real da Ajuda.

Na segunda metade do século seguinte deu-se um novo impulso às viagens de exploração científica nas colónias portuguesas, cujos materiais recolhidos, principalmente pelo exploradores do Museu de Lisboa (já atrás referido), juntamente com outras recolhas e ofertas, sobretudo a realizada pelo rei D. Luís, deram fama internacional aquele Museu. Segundo Barbosa du Bocage (1823–1907) professor da Escola Politécnica e organizador da secção zoológica do Museu de Lisboa, este situava-se na vanguarda dos museus de segunda ordem.

4. Ao longo de todo o séc. XIX e na primeira metade do seguinte, as colecções dos museus de História Natural foram progressivamente enriquecidas com novos exemplares. A sua importância — devido aos serviços prestados à

investigação naturalista e ao ensino, bem como a curiosidade do grande público — cresceu consideravelmente. A diferença de interesses entre estes três grupos de utilizadores dos museus de História Natural — investigadores, estudantes e público em geral — longe de serem coincidentes, fez com que, pouco a pouco, fossem surgindo, dentro de um mesmo museu (sobretudo estando ligado a uma universidade) também três tipos de colecções:

- 1) a destinada ao grande público que, em muitas instituições, foi recorrendo aos profissionais de museografia para tornar a sua apresentação estimulante e agradável;
- 2) a colecção de ensino, organizada segundo as necessidades deste;
- 3) a colecção científica tão completa quanto as possibilidades do museu o consentiam.

Com o desenvolvimento das ciências geológicas e biológicas, cujos fundamentos físico-químicos têm sido progressivamente aprofundados, a investigação científica nestes domínios foi-se afastando progressivamente daquilo que podemos designar por “objecto museológico”, centrando-se cada vez mais no átomo e na molécula, tornando, na opinião de diversos especialistas, os Museus de História Natural organismos obsoletos no que respeita ao ensino e à investigação.

Será, realmente, assim?

Na realidade, creio que aquela afirmação contém um manifesto exagero pois, a par da citologia, da genética, da biologia molecular, da bioquímica, continua a ser necessário o estudo e, portanto, a observação do animal e da planta no seu todo, pelo menos no conhecimento da biodiversidade, indispensável, por exemplo, no estudo da ecologia.

Continuam a ser necessárias colecções de estudo, bem como a participação dos Jardins Botânicos no ensino prático desta ciência. Para dar apenas um exemplo, o Jardim Botânico integrado no Museu Nacional de História Natural é utilizado em aulas práticas das licenciaturas em Biologia, Geologia e Farmácia da Universidade de Lisboa. Também as Universidades Técnica e Nova de Lisboa, diversas universidades privadas e estrangeiras (Lovaina e universidades espanholas) recorrem a este Jardim para os seus cursos.

De modo análogo o estudo de certas disciplinas das ciências geológicas, como a mineralogia e a petrologia, necessitam da observação e manuseamento, pelos estudantes, de exemplares de minerais e de rochas. E, não esqueçamos que, para além da sua importância no ensino e na investigação, os Museus de História Natural têm um papel cada vez mais importante na divulgação do conhecimento da Natureza e sensibilização para a sua observação, estudo e protecção.

5. Entretanto, os temas abrangidos pelos museus universitários não se esgotam em instituições de carácter científico como os Museus de História Natural e os de Ciência, podendo afirmar-se que em qualquer domínio uma universidade poderá constituir um museu desde que tenha motivação para isso e disponha dos meios humanos e materiais para o criar. Podemos considerar uma extensa variedade tipológica que atravessa transversalmente todas as especialidades de museus. Contudo, as mais óbvias parecem-me ser as ligadas à própria instituição universitária sejam — para além dos domínios afins das suas actividades de ensino e investigação — a sua história e recordação das suas tradições, sejam a protecção, estudo e exibição do seu património móvel ou arquitectónico. O espaço disponível não me permite desenvolver este assunto, mas julgo dever chamar a atenção, neste último aspecto, para o Museu dos Lanifícios da Universidade da Beira Interior, que me parece exemplar a vários títulos. Ele resultou da recuperação, restauro e musealização de instalações industriais desse sector, situadas na Covilhã, que se localizavam em terrenos cedidos àquela Universidade para a sua implantação.

Deverei ainda salientar que diversas universidades dispõem de importantes patrimónios, sobretudo nos domínios arqueológico e artístico que, por motivos que não vou aqui analisar, não têm dado origem a museus: é o caso, para apenas citar dois exemplos, das colecções existentes nas Faculdades de Belas-Artes do Porto e de Lisboa.

Também há, em certas instituições universitárias, o recíproco daquela situação, isto é, a existência de colecções, de importância variável, que são designadas por *museus*, sem obedecerem às características essenciais que uma tal designação

implica, há muito definida internacionalmente pelo ICOM. É claro que estes equívocos não existem apenas nas universidades, observando-se em muitos outros organismos – autarquias, misericórdias, associações, etc. A recentemente instituída *Rede Portuguesa de Museus* que, entre as suas atribuições tem a de certificar uma dada instituição como *museu*, contribuirá — esperemos... — de forma decisiva para resolver estas situações, por vezes delicadas.

A propósito lembremos que, entre os nossos museus universitários apenas *dois* solicitaram a sua adesão à *Rede*: o já referido Museu dos Lanifícios da Universidade da Beira Interior e o Museu de Ciência da Universidade de Lisboa <sup>[2]</sup>. Isso é, provavelmente consequência do alheamento recíproco em que vivem as comunidades museológica e universitária, cujas causas deviam ser analisadas, o que, obviamente não poderei fazer aqui.

[2] Talvez se devesse considerar também aqui a Casa-Museu Abel Salazar, embora ela não seja directamente tutelada por uma Universidade, mas por uma entidade designada por “Associação Divulgadora da Casa-Museu Abel Salazar/Universidade do Porto”.

6. Há, entretanto, indicações inequívocas da existência de iniciativas recentes para inverter esta contínua decadência dos museus universitários que, em maior ou menor grau, se observa em quase todos os meios académicos. Citemos apenas duas, merecedoras da nossa atenção pelo significado de que se revestem. Assim, em 16 de Abril de 2000, representantes de algumas antigas e prestigiadas universidades europeias — Amsterdam, Humboldt Berlin, Bologna, Cambridge, Groningen, Halle-Wittenberg, Leipzig, Oxford, Pavia, Uppsala, Utrecht e o Royal College of Surgeons of England — acordaram um texto — *a Declaração de Halle* — intitulado “*Património académico e universidades: Responsabilidade e acesso ao público*”. O conteúdo deste texto, embora sucinto, é bem revelador da tomada de consciência que se vem observando, do importante papel dos museus universitários e, por esse facto, permito-me reproduzi-lo aqui:

*As universidades devem ter consciência da importância do seu papel cultural. As colecções e os museus universitários proporcionam ocasiões particulares de realizar experiências e participar na vida da universidade. Estas colecções servem como recursos activos para o ensino e investigação, bem como constituem arquivos históricos únicos e insubstituíveis. Em particular, as colecções*

*das mais antigas universidades europeias são testemunhos do papel desempenhado pela universidade na definição e na interpretação da nossa identidade cultural. Valorizando e desenvolvendo este património académico comum às nossas instituições testemunham o seu empenho numa utilização contínua destes recursos para um público alargado.*

Note-se que esta situação não é apenas um produto do nosso tímido meio cultural, observando-se em todo o mundo ocidental, se bem que com algumas, por vezes devida notáveis, excepções.

A partir desta iniciativa, a Universidade de Halle-Wittenberg tem promovido diversos encontros para a concretização daquela declaração, o último dos quais se realizou muito recentemente, de 9 a 11 de Julho deste ano.

Julgo também ser algo significativo que o ICOM tenha recentemente criado, entre as suas múltiplas comissões internacionais especializadas, mais uma, justamente dedicada aos museus universitários com a designação de *University Museums and Collections* e a sigla *UMAC* [3].

Deu-se assim o reconhecimento, pelo organismo de cúpula dos museus, a nível mundial, da natureza específica dos museus universitários, cada um dos quais, considerado individualmente, podendo enquadrar-se também noutra comissão internacional correspondente à especialidade.

Na realidade, os museus universitários, como tais, têm características específicas que faz com que atravessem transversalmente a tipologia museológica. É essa especificidade — que provém da integração dos museus nas universidades e da participação activa daqueles nas actividades culturais (incluindo obviamente as científicas) destas — que justifica plenamente a criação da *UMAC* [Bragança-Gil, 2002: 1–7]. Para além das outras missões a que já aludi brevemente atrás, um museu universitário poderá (darei mesmo, deverá) constituir uma “janela” através da qual, a Universidade se abre à comunidade onde se insere. Na realidade, constata-se que há um movimento, embora algo incipiente, sobretudo entre nós, de renovação dos museus universitários existentes

[3] A *UMAC* surgiu no ano 2000, tendo realizado a sua 1.ª conferência em Julho de 2001, em Barcelona, e a 2.ª em Setembro e Outubro do ano seguinte em Sydney e Canberra.

As actas destas conferências foram publicadas in: *MUSEOLOGIA: an international journal of museology*, Vol 2, Primavera de 2002 e Vol. 3, Verão de 2003. Esta revista é editada pelo Museu de Ciência da Universidade de Lisboa.

(em que, os de história natural, por exemplo, já deixaram, em geral, de ser considerados como meros “armazéns” de material de estudo), bem como da criação de novas instituições, entre as quais revestem particular interesse aquelas que “fazem a ponte” entre a universidade e a comunidade. Esta ponte poderá revestir múltiplos aspectos, desde a divulgação inteligível, para a juventude e o público em geral, da ciência que se cultiva na universidade, a sua história, irradiação e tradições, até museus com carácter mais generalista que procuram constituir o reflexo para o exterior das instituições universitárias, incluindo o seu património histórico-científico e histórico-artístico que, em particular para as mais antigas, poderá ser de considerável relevância e interesse público. É o caso, para citar apenas um exemplo recente, o Museu da Universidade de Uppsala (Suécia), instalado no mais antigo edifício, hoje existente nesta Universidade (construído na década de 1620), designado por *Gustavianum*. O museu foi inaugurado em 1997 e, dando a palavra à sua Directora [Munktell, 2003: 65–70]:

*(...) This was a dream job for me, working in a museum that would be a window to the world for the activities of the University, both historical through its collections with roots in the Middle Ages, and current, through today's exhibitions.*

Um outro notável exemplo é o ainda mais recente museu do *Palazzo Poggi*, na Universidade de Bologna, aberto no ano de 2000, que reuniu as colecções anteriormente dispersas por diversos institutos desta Universidade.

O Museu do Palazzo Poggi alberga também a colecção de Ulisse Aldrovandi, um dos mais notáveis representantes da cultura do período final do Renascimento. O Museu de História Natural de Aldrovandi, concebido como um laboratório para estudos taxonómicos, constitui um notável exemplo da passagem da exibição de “maravilhas” para provocar a admiração de quem a observa, para a colecção de estudo indispensável para descrição e classificação de espécies naturais.

Também entre as universidades mais recentes, contam-se as que consideraram relevante a existência de museus no seu seio, montados em edifícios especialmente

planificados e construídos com esse objectivo; apenas dois exemplos em domínios culturais bem distintos: o Museu de Ciência e Tecnologia da Universidade de Patras (Grécia) [Theologi-Gouti, 2003: 77–82], cujo processo de preparação foi iniciado em 1998, tendo sido oficialmente fundado em Setembro de 2001, e o *NUS Museums* [Sim, 2003: 83–88], complexo museológico destinado a conservar e expor as colecções de arte da Universidade de Singapura.

7. Uma outra preocupação dos museus (incluindo os universitários) enquadra-se no que recentemente começou a ser conhecido por *património intangível*. No que respeita aos museus de ciências e técnicas ele está presente nas explanações oferecidas aos visitantes sobre o interesse e alcance da descoberta científica e suas aplicações: quer através da explicação da origem, do modo de funcionamento, aplicação e, eventualmente, evolução dos equipamentos históricos exibidos; quer por meio dos módulos ditos “interactivos” existentes não apenas nos chamados “Centros de Ciência” (os quais constituem o essencial da sua existência), mas também em outras instituições com carácter mais abrangente no que à museologia das ciências respeita. É a preocupação com o património intangível e sua explicação que faz com que os museus de ciência e técnica não sejam pouco mais que exposições de equipamentos, cuja compreensão e interesse é só sensível para os iniciados.

A importância do património intangível nos museus de ciência e técnica tem sido objecto de diversas iniciativas entre as quais deve ser destacado o facto de que a Comissão Internacional do ICOM para estes museus (CIMUSET) reunida de 2 a 6 de Outubro de 2004 (aquando da 20.<sup>a</sup> Conferência Geral daquela Organização) ter escolhido como tema “Alguns aspectos específicos do património intangível em museus de ciência e técnica”.

Também o ICOM propôs como tema para o Dia Internacional dos Museus (18 de Maio) do ano de 2004 o património intangível dos museus, tendo o Museu de Ciência da Universidade de Lisboa a ele dedicado uma tertúlia bastante concorrida e participada.

8. É tempo de terminar estas considerações sobre museus universitários. Antes, porém, vou tentar dar a minha resposta à pergunta formulada no início deste trabalho. Que entendo então, por um museu universitário? Julgo que aquilo que anteriormente escrevi constitui uma achega para responder a esta pergunta. Assim, enumeremos as características a que, em meu entender, um museu universitário deve obedecer:

- Deve obviamente estar integrado numa universidade, de preferência administrativamente independente dos restantes departamentos universitários, embora em estreita colaboração cultural (que inclui a científica e pedagógica) com aqueles que tenham alguma relação com as colecções e actividades do museu;
- Deve ter a preocupação de estudar, conservar e apresentar convenientemente as colecções que possui, usando-as em acções científico-pedagógicas da sua iniciativa ou em colaboração com outros organismos, com prioridade para os restantes departamentos universitários;
- Tem como uma das suas missões constituir a “face visível” da universidade para o grande público, procurando chamar a atenção deste para o que ali se faz, como investigação, ensino e acção cultural, evidenciando, de forma inteligível, a sua importância para a comunidade. Os museus universitários deverão constituir um meio — provavelmente o mais directo e eficaz — com que a universidade pode contar para levar a sua acção de sensibilização dos jovens pré-universitários para as actividades científicas, bem como de divulgação cultural (no sentido mais amplo) às populações que não a frequentam;
- Tem o dever de proteger e valorizar o seu património histórico-artístico, facilitando a fruição dele pelo grande público e favorecendo o seu estudo pelos especialistas da própria universidade ou exteriores a ela;
- Distinguem-se dos seus congéneres dependentes de outros organismos no facto das actividades enumeradas serem realizadas numa perspectiva universitária, dando origem a uma instituição híbrida que projecta

a universidade nas populações que não a frequentam — influenciando na sua qualidade de vida — bem como nos jovens que nela pretendem ingressar.

Um tal museu poderá ter uma importância altamente relevante — quer observado do ponto de vista da comunidade universitária quer da museológica — se a sua importância for realmente compreendida pela tutela, dotando-o com os meios humanos e financeiros indispensáveis e, nisso, não posso deixar de “invejar” outros países, mesmo da nossa dimensão ou inferiores, que há muito compreenderam a importância essencial dos museus — universitários ou não — no tecido educativo de uma comunidade.

Não vou, evidentemente, alargar-me aqui sobre este tema, mas não resisto, à tentação de lembrar que, no caso de um museu universitário, o perfil do seu director/a é essencial. Penso que ele/a deve ser escolhido/a entre os professores/as da universidade que tem a tutela do museu, ligados de algum modo às áreas científicas por ele cultivadas, como, aliás, tem acontecido entre nós. Mas esta condição, embora necessária está longe de ser suficiente. Na realidade, um/a director/a de museu deve estar plenamente consciente das tarefas e responsabilidades que lhe cabem para que a instituição que dirige cumpra o papel de salvaguarda do património histórico-científico e histórico-artístico que lhe está confiado, não só pelo seu interesse em si próprio, como pela utilização que dele deve fazer, num contexto universitário, na promoção da cultura, no seu sentido mais amplo. Apesar de poder dispor de colaboradores científicos e museologicamente qualificados em número suficiente — o que, entre nós, nunca acontece — o/a director/a de um museu universitário deve assumir-se como tal, supervisionando todas as áreas de actividade aí existentes, mesmo, que para isso, tenha de abdicar de uma boa parte das outras tarefas universitárias que, até então tenha exercido: seja reduzindo substancialmente a sua carga lectiva (o que nos Estatutos do Museu de Ciência da Universidade de Lisboa está previsto), bem como a sua actividade de investigação na área científica que exercia originalmente (substituindo-a, no todo ou em parte, pela pesquisa na área museológica), seja libertando-se de quaisquer actividades administrativas exteriores ao museu. Previamente, ou logo no período inicial da sua nomeação como director/a, deverá adquirir a formação e a sensibilização

museológica necessárias às suas funções através do estudo, da frequência de cursos e seminários, de contactos informais com outros museólogos, por ventura mais experientes, por visitas a outros museus nacionais e, sobretudo estrangeiros, numa palavra, aperfeiçoar e valorizar os seus conhecimentos e sensibilidade que, potencialmente, já possuía ao aceitar tão espinhosa — e, com frequência! — tão mal compreendida tarefa... sobretudo pelos seus pares universitários e pela tutela. De facto à dose de entusiasmo e energia que necessita para o desempenho das suas funções, é-lhe exigida grande paciência e determinação para ultrapassar o mal disfarçado alheamento com que colegas e tutela encaram “os seus” museus.

Para que os museus universitários cumpram as missões que lhe cabem é necessário que os órgãos de cúpula das universidades em que eles existem lutem por eles como organismos de pleno direito da sua universidade, imprescindíveis, para as múltiplas acções que anteriormente procurei explicitar. E esse combate contra a real incompreensão, entre a generalidade dos homens e mulheres que detêm o poder, do papel que cabe à *CULTURA integral do indivíduo*, passa pela universidade e, nesta, os museus têm um papel de fundamental importância. A maioria dos países (ditos) ocidentais já o perceberam!

Porquê não nós?

## BIBLIOGRAFIA

- APOM – “Conclusões”, *Actas do Colóquio APOM 78*, 1978. pp. 161–168.
- BRAGANÇA GIL, Fernando. – “Museus de Ciências Exactas no âmbito dos Museus Universitários”.  
In: *Actas do Colóquio APOM 78*. Lisboa, APOM, 1982. pp. 81–88.
- BRAGANÇA GIL, Fernando – “University Museums”. In: *MUSEOLOGIA*, Vol. 2, 2002. pp. 1–7.
- BRAGANÇA GIL, Fernando – *Museu de Ciência da Universidade de Lisboa: das origens ao pleno reconhecimento oficial*. Lisboa: MCUL, 2003.
- MUNKTELL, Ing-Marie – “Reflexions on leaderships in university museums and non-university museums”. In: *MUSEOLOGIA*, Vol. 3, 2003. pp. 65–70.
- SIM, Angela s. h. – “Designing, building and launching a home for three art collections”. In: *MUSEOLOGIA*, Vol 3, 2003. pp. 83–88.
- TEIXEIRA, Carlos – “O Museu Nacional de História Natural, o que foi, o que é e o que se impõe que venha a ser”. In: *Actas do Colóquio APOM 78*. Lisboa, APOM, 1982. pp. 149–156.
- THEOLOGI-GOUTI, P.– “Planning activities in a new university museum”. In: *MUSEOLOGIA*, Vol. 3, 2003. pp. 7–82.

